



Silenciamento, Memória e Identidade: A Presença Judaica Apagada na História do Brasil

Silencing, Memory and Identity: The Erased Jewish Presence in Brazilian History

Gustavo Duarte de Oliveira

Pesquisador, Professor de Linguagens e História da Arte. Concluindo a especialização em Antropologia. Graduado em Letras – Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Goiás. Mestrando em Teologia pela Florida University of Science and Theology.

Resumo: Este estudo analisa o silenciamento da presença judaica na história do Brasil, destacando os processos históricos e simbólicos que contribuíram para a invisibilização desse grupo na formação cultural brasileira. A pesquisa fundamenta-se principalmente na obra de Anita Novinsky (1998), cuja produção historiográfica foi essencial para revelar o papel dos judeus e dos cristãos-novos no período colonial. A atuação do Tribunal do Santo Ofício e a perseguição promovida pela Inquisição portuguesa criaram um contexto de repressão que levou judeus convertidos forçosamente ao cristianismo a ocultarem suas práticas religiosas, identidades e memórias culturais. Argumenta-se que o silenciamento da presença judaica não se restringiu ao campo religioso, mas configurou um processo mais amplo de apagamento histórico e simbólico. A condição dos cristãos-novos, marcada pela vigilância, pela delação e pelo medo da punição, favoreceu estratégias de dissimulação e contribuiu para que elementos culturais judaicos fossem transmitidos de forma fragmentada, restrita ao espaço doméstico. Como consequência, a historiografia tradicional brasileira consolidou uma narrativa homogênea da formação nacional, centrada na matriz luso-católica, marginalizando outras contribuições culturais. A partir dos estudos sobre memória social, o silenciamento é compreendido como um fenômeno associado às relações de poder, no qual determinadas memórias são excluídas do discurso oficial, embora permaneçam vivas de modo subterrâneo. Apesar da repressão, práticas culturais, valores e símbolos judaicos resistiram, revelando formas de continuidade identitária. Conclui-se que o resgate da presença judaica na história do Brasil contribui para uma compreensão mais plural da formação cultural brasileira, reforçando a importância da memória, da diversidade e da alteridade nos estudos antropológicos.

Palavras-chave: silenciamento; memória social; identidade cultural; judeus no Brasil; antropologia histórica.

Abstract: This article analyzes the silencing of Jewish presence in the history of Brazil, highlighting the historical and symbolic processes that contributed to the invisibilization of this group in Brazilian cultural formation. The study is mainly based on the work of Anita Novinsky, whose historiographical production was essential in revealing the role of Jews and New Christians during the colonial period. The establishment of the Tribunal of the Holy Office and the persecution promoted by the Portuguese Inquisition created a context of repression that forced Jews who had been forcibly converted to Christianity to conceal their religious practices, identities, and cultural memories. It is argued that the silencing of Jewish presence was not limited to the religious sphere but constituted a broader process of historical and symbolic erasure. The condition of the New Christians, marked by surveillance, denunciation, and fear of punishment, encouraged strategies of dissimulation and led to the fragmented and private transmission of Jewish cultural elements. As a result, traditional Brazilian historiography consolidated a homogeneous narrative of national formation centered on the Luso-Catholic

matrix, marginalizing other cultural contributions. From the perspective of social memory studies, silencing is understood as a phenomenon associated with power relations, in which certain memories are excluded from official discourse while persisting in subterranean forms. Despite repression, Jewish cultural practices, values, and symbols survived, revealing forms of symbolic resistance and identity continuity. The recovery of Jewish presence in Brazilian history contributes to a more plural understanding of Brazil's cultural formation and highlights the importance of memory, diversity, and alterity in anthropological studies.

Keywords: Silencing; Social memory; Cultural identity; Jews in Brazil; Historical anthropology.

INTRODUÇÃO

A história da formação social e cultural do Brasil foi, durante muito tempo, narrada a partir de uma perspectiva homogênea, centrada na herança luso-católica, relegando a segundo plano a participação de diversos grupos que contribuíram de forma decisiva para a constituição da sociedade brasileira. Entre esses grupos, destaca-se a presença judaica, cuja trajetória foi marcada por perseguições, ocultamentos e estratégias de sobrevivência simbólica.

O silenciamento dessa presença constitui um fenômeno histórico e cultural que ultrapassa a simples omissão documental, revelando relações de poder, dominação simbólica e controle da memória social.

A partir do século XVI, com a expansão do Império Português e a instalação do Tribunal do Santo Ofício, judeus e cristãos-novos passaram a viver sob constante vigilância e repressão. A Inquisição portuguesa atuou de forma intensa no Brasil colonial, produzindo não apenas punições físicas e jurídicas, mas também um profundo impacto cultural, ao impor a ocultação de práticas religiosas, identidades e valores judaicos (Novinsky, 1992; 2009).

Esse contexto favoreceu a constituição de um silêncio histórico que se prolongou para além do período colonial, influenciando a forma como a presença judaica foi tratada, ou ignorada, pela historiografia brasileira.

Anita Novinsky (1998) foi pioneira ao problematizar esse apagamento, demonstrando que os cristãos-novos tiveram papel relevante na economia, na vida intelectual e na organização social do Brasil colonial, apesar de sua invisibilização nos relatos oficiais. Seus estudos revelam que o silêncio imposto pela Inquisição não eliminou a memória judaica, mas a deslocou para o âmbito privado, familiar e simbólico, produzindo formas sutis de resistência cultural.

Tal perspectiva dialoga com os estudos sobre memória social, que compreendem o silêncio não como ausência, mas como uma estratégia imposta ou internalizada em contextos de violência simbólica (Pollak, 1989).

Do ponto de vista antropológico, analisar o silenciamento da presença judaica implica compreender a cultura como um campo de disputas simbólicas, no qual determinadas narrativas são legitimadas enquanto outras são marginalizadas. Como argumenta Geertz (1989), a cultura é um sistema de significados compartilhados, e

o apagamento de determinados grupos compromete a compreensão da diversidade que constitui uma sociedade. Nesse sentido, o resgate da memória judaica na história do Brasil contribui para uma leitura mais plural, crítica e inclusiva da formação cultural brasileira.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar o silenciamento da presença judaica na história do Brasil, tomando como base a obra de Anita Novinsky (1992) e dialogando com autores que discutem memória, identidade e poder. Ao revisitar essas trajetórias ocultadas, busca-se contribuir para a ampliação do debate antropológico sobre memória social e diversidade cultural no contexto brasileiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, cujo objetivo é analisar o silenciamento da presença judaica na história do Brasil, a partir de uma perspectiva antropológica. A opção por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender processos históricos, simbólicos e culturais relacionados à memória, à identidade e às relações de poder, que não podem ser reduzidos a dados quantitativos.

A pesquisa bibliográfica constitui o eixo central do trabalho, fundamentando-se, principalmente, na obra de Anita Novinsky (1998), referência incontornável nos estudos sobre judeus e cristãos-novos no Brasil colonial.

Foram analisados livros, artigos científicos e capítulos de obras publicados no Brasil, que abordam a atuação da Inquisição portuguesa, a condição dos cristãos-novos e os mecanismos de silenciamento e invisibilização histórica. Complementarmente, recorreu-se a autores que discutem memória social, identidade cultural e poder simbólico, como Michel Pollak (1989) e Clifford Geertz (1989), a fim de ampliar o diálogo teórico e fortalecer a interpretação antropológica do fenômeno estudado.

No que se refere à pesquisa documental, foram utilizados documentos históricos já analisados e sistematizados pela bibliografia especializada, como processos inquisitoriais, cartas, registros e relatos do período colonial, acessados de forma indireta por meio de estudos acadêmicos consolidados. Essa opção metodológica permitiu examinar os efeitos sociais e culturais da repressão inquisitorial sem recorrer à análise direta de arquivos, mantendo a viabilidade do estudo no âmbito de uma pesquisa de especialização.

A análise dos dados foi conduzida por meio da leitura crítica e interpretativa das fontes, buscando identificar recorrências temáticas relacionadas ao silenciamento, às estratégias de ocultamento identitário e às formas de resistência cultural. O procedimento analítico adotado baseia-se na interpretação de significados, conforme a abordagem antropológica proposta por Geertz, considerando a cultura como um sistema simbólico no qual o silêncio também comunica e produz sentido.

Por fim, o estudo adota uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições da Antropologia, da História Social e dos estudos da memória, com

o intuito de compreender o silenciamento da presença judaica não apenas como um fato histórico, mas como um processo contínuo de produção e exclusão de narrativas no interior da sociedade brasileira.

Judeus, Cristãos-Novos e a Inquisição no Brasil Colonial

A presença judaica no Brasil colonial está intrinsecamente ligada ao processo de expansão portuguesa e à política religiosa instaurada a partir da consolidação do catolicismo como religião oficial do Estado. Desde o final do século XV, com a expulsão dos judeus da Espanha (1492) e a conversão forçada em Portugal (1497), muitos judeus passaram à condição de cristãos-novos, vivendo sob constante suspeita de praticar secretamente o judaísmo.

A colonização do Brasil apresentou-se, nesse contexto, como uma possibilidade de refúgio e reorganização da vida social e econômica desses grupos, embora não significasse liberdade religiosa plena.

A instalação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e sua atuação no ultramar exerceram profundo impacto sobre a vida dos cristãos-novos no Brasil. Embora o Brasil não tenha sediado tribunais inquisitoriais permanentes, a Inquisição atuou por meio de visitas, comissários e familiares, responsáveis por investigar, prender e enviar acusados à metrópole para julgamento. Segundo Novinsky (1992), a Inquisição portuguesa constituiu um dos principais mecanismos de controle social e religioso do período colonial, produzindo medo, vigilância e delações que atravessavam o cotidiano da colônia.

Os cristãos-novos desempenharam papel relevante na economia colonial, especialmente nas atividades comerciais, no financiamento da produção açucareira e na circulação de mercadorias. Apesar dessa importância econômica, sua condição social era marcada pela ambiguidade: integrados à vida colonial, mas permanentemente suspeitos.

A acusação de “judaizar” tornou-se um instrumento eficaz de repressão e exclusão, atingindo indivíduos e famílias inteiras, muitas vezes com base em práticas culturais cotidianas, como hábitos alimentares, rituais domésticos ou formas de sociabilidade (Novinsky, 1998).

Do ponto de vista cultural, a perseguição inquisitorial produziu profundas rupturas na transmissão da memória e da identidade judaica. O medo da punição levou muitos cristãos-novos a ocultarem ou abandonarem práticas religiosas e tradições ancestrais, deslocando-as para o espaço privado ou interrompendo sua transmissão entre gerações. Esse processo contribuiu para a fragmentação da memória judaica e para a constituição de um silêncio histórico que se estendeu para além do período colonial.

A Inquisição, portanto, não atuou apenas como um aparato jurídico-religioso, mas como um poderoso instrumento de produção de silenciamento simbólico. Ao impor a negação pública da identidade judaica, contribuiu para a invisibilização desse grupo na história do Brasil. Como destaca Schwartz (2009), a repressão inquisitorial moldou comportamentos, discursos e identidades, influenciando de

maneira duradoura a forma como a diversidade religiosa e cultural foi tratada no mundo colonial luso-americano.

Assim, compreender a relação entre judeus, cristãos-novos e Inquisição no Brasil colonial é fundamental para analisar os mecanismos históricos que produziram o apagamento da presença judaica na narrativa da formação nacional, bem como para reconhecer as estratégias de sobrevivência e resistência cultural que marcaram essa trajetória.

SILENCIAMENTO E APAGAMENTO HISTÓRICO

O silenciamento da presença judaica na história do Brasil não pode ser compreendido apenas como resultado da escassez documental, mas como um processo histórico e simbólico construído a partir de relações de poder.

A repressão inquisitorial instaurou mecanismos que produziram o apagamento sistemático de identidades, práticas culturais e memórias coletivas, contribuindo para a marginalização da presença judaica nas narrativas oficiais da formação nacional. Esse silenciamento não ocorreu de forma imediata, mas foi gradualmente incorporado às estruturas sociais e aos discursos históricos.

Anita Novinsky (1992) demonstra que a condição de cristão-novo impôs limites severos à expressão pública da identidade judaica, criando um ambiente de medo, vigilância e autocensura. A necessidade de dissimulação tornou-se uma estratégia de sobrevivência, levando muitos indivíduos a ocultarem suas origens e a romperem com a transmissão explícita de tradições culturais e religiosas. Como consequência, práticas e valores judaicos passaram a existir de forma fragmentada e subterrânea, muitas vezes desvinculados de sua origem simbólica original.

Do ponto de vista da memória social, o silenciamento deve ser entendido como uma forma ativa de produção do esquecimento. Conforme argumenta Pollak (1989), o silêncio não significa ausência de memória, mas a imposição de limites sobre aquilo que pode ser lembrado e narrado publicamente.

No caso brasileiro, o silêncio em torno da presença judaica foi reforçado por uma historiografia que privilegiou uma narrativa homogênea da identidade nacional, centrada na herança luso-católica e na ideia de unidade cultural.

Esse apagamento histórico foi também resultado de processos de classificação social e racial, que associavam os cristãos-novos à suspeita moral e à impureza de sangue. Tais classificações legitimaram práticas de exclusão e contribuíram para a naturalização do silenciamento, fazendo com que a presença judaica fosse percebida como marginal ou irrelevante para a compreensão da sociedade colonial. Dessa forma, o silêncio tornou-se um elemento estruturante da memória coletiva, influenciando a forma como o passado foi transmitido e interpretado ao longo do tempo.

A análise antropológica desse fenômeno revela que o apagamento histórico não implica a inexistência de experiências judaicas no Brasil, mas sim sua exclusão

dos sistemas oficiais de representação. Como observa Geertz (1989), a cultura é composta por sistemas de significados compartilhados, e a negação de determinados grupos nesses sistemas compromete a compreensão da diversidade cultural.

O silenciamento da presença judaica, portanto, não apenas empobreceu a narrativa histórica brasileira, mas também obscureceu a complexidade dos processos culturais que marcaram sua formação.

Assim, o silenciamento e o apagamento histórico da presença judaica configuram-se como fenômenos interligados, produzidos por estruturas de poder que definiram quais memórias seriam preservadas e quais seriam relegadas ao esquecimento. A recuperação dessas narrativas silenciadas permite não apenas revisitar o passado, mas questionar os fundamentos simbólicos sobre os quais se construiu a identidade nacional brasileira.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA CULTURAL

Apesar do silenciamento imposto pela Inquisição e perpetuado pelas narrativas históricas hegemônicas, a presença judaica no Brasil não foi totalmente apagada. Elementos culturais, valores simbólicos e práticas sociais sobreviveram de maneira fragmentada, muitas vezes restritas ao espaço doméstico e transmitidas de forma velada entre gerações. Esses processos revelam a memória como um campo de resistência, no qual identidades são preservadas mesmo em contextos de repressão e violência simbólica.

Anita Novinsky (1998) destaca que muitos cristãos-novos mantiveram práticas culturais associadas ao judaísmo, ainda que desprovidas de uma consciência religiosa explícita. Hábitos alimentares, rituais familiares, formas específicas de lidar com o tempo, a morte e o sagrado permaneceram incorporados ao cotidiano, funcionando como marcas simbólicas de pertencimento. Essas práticas, muitas vezes reinterpretadas ou ressignificadas, constituíram estratégias de continuidade cultural diante da impossibilidade de expressão pública da identidade judaica.

A memória, nesse contexto, assume um caráter subterrâneo, conforme proposto por Pollak (1989), manifestando-se de modo fragmentado, silencioso e, por vezes, inconsciente. Longe de representar esquecimento total, esse tipo de memória revela formas alternativas de transmissão cultural, baseadas na oralidade, na experiência cotidiana e nas relações familiares. A identidade judaica, portanto, não desapareceu, mas foi reelaborada em diálogo com o contexto colonial e com as exigências impostas pela dominação religiosa.

Do ponto de vista antropológico, a identidade não é compreendida como um dado fixo ou essencial, mas como um processo dinâmico, construído a partir das interações sociais e das condições históricas.

Nesse sentido, a experiência dos cristãos-novos no Brasil evidencia como identidades podem ser negociadas, ocultadas e reinventadas. Como afirma Geertz (1989), a cultura é um sistema de significados compartilhados, e mesmo sob repressão, os sujeitos reinterpretam símbolos e práticas para dar sentido à sua existência.

A resistência cultural manifesta-se, portanto, não apenas em ações explícitas de enfrentamento, mas também em práticas cotidianas aparentemente banais, que asseguram a continuidade de valores e referências simbólicas. O silêncio, longe de significar submissão absoluta, pode ser entendido como uma forma estratégica de resistência, que permitiu a sobrevivência de elementos da cultura judaica em meio a um contexto hostil.

Dessa forma, ao analisar memória, identidade e resistência cultural, torna-se possível compreender a presença judaica no Brasil para além do apagamento histórico. O reconhecimento dessas estratégias simbólicas contribui para uma leitura mais complexa da formação cultural brasileira, evidenciando que a diversidade cultural foi construída também por meio de experiências silenciadas, mas não extintas.

CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE ANITA NOVINSKY PARA A ANTROPOLOGIA DA MEMÓRIA

A obra de Anita Novinsky (1998) constitui uma referência fundamental para a compreensão da presença judaica no Brasil e dos mecanismos de silenciamento que marcaram sua trajetória histórica. Ao longo de sua produção acadêmica, a autora foi pioneira ao investigar a atuação da Inquisição portuguesa no Brasil colonial, trazendo à luz documentos, processos e narrativas que haviam sido negligenciados pela historiografia tradicional. Sua contribuição ultrapassa o campo da História, dialogando diretamente com questões centrais da Antropologia, como memória, identidade e poder simbólico.

Novinsky (1992) demonstrou que os judeus e cristãos-novos não foram personagens marginais na formação da sociedade colonial, mas agentes ativos nos processos econômicos, sociais e culturais do Brasil.

Ao analisar os registros inquisitoriais, a autora revelou como a repressão institucional produziu não apenas punições jurídicas, mas também efeitos duradouros sobre a construção da memória coletiva, promovendo o apagamento simbólico da identidade judaica (Novinsky, 1992). Essa abordagem possibilitou uma releitura crítica das narrativas nacionais, questionando a ideia de uma identidade brasileira homogênea.

Do ponto de vista antropológico, a importância da obra de Novinsky (1992) reside na forma como ela evidencia a relação entre silêncio e memória. Ao expor as estratégias de dissimulação adotadas pelos cristãos-novos, a autora contribui para a compreensão do silêncio como uma prática socialmente construída, imposta por contextos de dominação, mas também apropriada como mecanismo de sobrevivência cultural.

Essa perspectiva dialoga com os estudos sobre memória social, ao demonstrar que o esquecimento não é natural, mas produzido por relações de poder.

Além disso, a produção de Novinsky (1992) abriu caminhos para novas pesquisas sobre identidade e diversidade cultural no Brasil, incentivando o

reconhecimento de experiências historicamente marginalizadas. Seu trabalho contribuiu para ampliar o debate sobre tolerância religiosa, pluralismo cultural e direitos à memória, temas centrais na Antropologia contemporânea.

Ao recuperar trajetórias silenciadas, a autora reafirma a importância da memória como elemento constitutivo das identidades coletivas e como instrumento crítico para a revisão das narrativas históricas dominantes.

Assim, as contribuições de Anita Novinsky (1998) transcendem a recuperação factual da presença judaica no Brasil, configurando-se como um aporte teórico e metodológico relevante para a Antropologia da memória. Sua obra permite compreender o silenciamento não apenas como ausência, mas como parte de um processo histórico complexo, cujos efeitos continuam a influenciar a construção das identidades e da memória social no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que o silenciamento da presença judaica na história do Brasil constitui um processo histórico e simbólico profundamente relacionado às relações de poder instauradas no contexto da colonização portuguesa e da atuação do Tribunal do Santo Ofício. Longe de representar uma simples ausência documental, esse silenciamento foi produzido por mecanismos institucionais, sociais e culturais que promoveram o apagamento da identidade judaica e a invisibilização de suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

A partir da obra de Anita Novinsky (1998), foi possível compreender que os judeus e cristãos-novos desempenharam papel significativo na economia, na organização social e na vida cultural do Brasil colonial, apesar de sua marginalização nas narrativas históricas oficiais.

A repressão inquisitorial impôs estratégias de ocultamento e dissimulação, deslocando práticas culturais e memórias para o âmbito privado, o que resultou na fragmentação da transmissão identitária ao longo das gerações. Ainda assim, essas experiências não foram totalmente eliminadas, sobrevivendo de forma velada por meio de hábitos, valores e símbolos reinterpretados no cotidiano.

Do ponto de vista antropológico, o estudo do silenciamento revelou a centralidade da memória social na construção das identidades coletivas. O silêncio, longe de significar esquecimento absoluto, mostrou-se como uma forma ambígua de resistência cultural, permitindo a continuidade simbólica da identidade judaica em contextos de repressão. A recuperação dessas memórias subterrâneas contribui para uma leitura mais plural e crítica da formação cultural brasileira, questionando narrativas homogêneas e excludentes.

Conclui-se que revisitar a presença judaica na história do Brasil não implica apenas um exercício de revisão historiográfica, mas também um compromisso ético e científico com o reconhecimento da diversidade cultural e da alteridade. Ao romper com o silêncio imposto por estruturas históricas de dominação, este estudo reafirma

a importância da memória como instrumento de resistência e como elemento fundamental para a compreensão da complexidade que caracteriza a sociedade brasileira. Espera-se que este trabalho contribua para o aprofundamento das discussões antropológicas sobre silenciamento, identidade e memória, incentivando novas pesquisas sobre grupos historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

NOVINSKY, Anita. **Inquisição: prisioneiros do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2009.

NOVINSKY, Anita. **Judeus e cristãos-novos na formação do Brasil**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.